

MOVIMENTOS NEGROS NO BRASIL

ENTRE 1964 E 1983¹

Karin Sant' Anna Kössling²

Mostro os dentes.

Dou risada.

Sou o cara engraçado.

Estou sempre: Sim Senhor; não senhor.

Enquanto levo na brincadeira.

Sou o preto simpático.

O moreno educado.

Mas ao menor protesto, me chamam de negro atrevido.³

Neste artigo, exploramos dois importantes aspectos presentes nos movimentos negros no período do regime militar brasileiro que trouxeram embates e decisões importantes para a estruturação de sua militância. O primeiro trata da questão do diálogo com outros movimentos sociais, como o de estudantes e de mulheres, aspecto que foi muitas vezes incentivado

pelos ativistas, visando a ampliar sua mobilização e fazer circular seus debates por outros setores sociais. O outro aspecto é o da questão da união entre os movimentos negros, especialmente a partir da formação do Movimento Negro Unificado (MNU)⁴, que visava a organizar as diversas entidades sob uma diretriz unificada.

O presente artigo utilizou a documentação do acervo do Fundo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP), preservada no Arquivo do Estado de São Paulo, a partir das investigações procedidas por esse órgão ao longo do regime militar sobre a mobilização afro-brasileira. A intensa vigilância do sistema repressivo daquela época recolheu materiais diversos e registrou eventos dos movimentos negros, fornecendo, além da mentalidade policial e militar acerca dessa mobilização, questões presentes nos discursos dos ativistas afro-brasileiros.

A formação dos movimentos negros, portanto, teve de lidar com essa conjuntura repressiva. Como a epígrafe salienta, os movimentos negros tornaram-se, assim como outros movimentos sociais, subversivos sob a ótica do regime militar ao denunciar o racismo no Brasil. É preciso ressaltar que a vigilância aos movimentos negros por parte do Deops/SP não foi iniciada em 1964. Desde a década de 1930 ocorreu uma atuação repressiva às associações de afro-descendentes, sustentada por uma visão policial que classificava essas associações como “introdutoras” da questão racial no Brasil e, por consequência, geradoras de conflitos que poderiam desestabilizar a “democracia racial brasileira”.

Haroldo Costa, em sua obra *Fala crioulo*, observou que

cada vez que há um endurecimento, um fechamento político, o negro é atingido diretamente porque todas as suas reivindicações particulares, a exposição de suas ânsias, a valorização de sua história, desde que não sejam feitas segundo os ditames oficiais, cheiram à contestação subversiva.⁵

A constante vigilância e repressão aos movimentos negros ao longo do século XX, sobretudo entre 1964 e 1983, certamente foi um elemento dificultoso para a articulação e a formação dos movimentos negros. As práticas políticas do regime militar voltavam-se para organizar e disciplinar de forma burocrática as massas, além de promover a despolitização da sociedade civil⁶.

Ainda assim, alguns segmentos sociais reagiram, buscando combater o regime de feições ditatoriais, e um deles foi o dos movimentos negros, que formularam estratégias de luta que buscamos ressaltar neste artigo. Os movimentos negros representavam

o conjunto de iniciativas de resistência e de produção cultural e de ação política explícita de combate ao racismo que se manifesta em diferentes instâncias de atuação, com diferentes linguagens, por via de uma multiplicidade de organizações espalhadas pelo país.⁷

Como movimentos sociais, os movimentos negros constituem, nas palavras de H. Kärner, “um processo coletivo e comunicativo de protesto, conduzido por indivíduos, contra relações sociais existentes, e que afetam a um grande número de pessoas (que não precisam estar necessariamente organizadas)”⁸. Assim sendo, apresentam um conjunto de valores que permeiam seus objetivos e projetos para definir formas de ação social voltadas para transformar a sociedade, questionando parcial ou totalmente as estruturas de dominação⁹. Além disso, a atuação política dos movimentos negros desenvolveu-se não só ao questionar os detentores do poder de governo buscando influir nos processos decisórios, mas também na prática cotidiana de sua ação social transformadora junto à sua comunidade, como parte de uma sociedade civil que “se movimentava num momento em que parecia submersa numa normatividade tecnocrática e repressora que despoliticava e privatizava a vida social”¹⁰. Nesse sentido, discutiremos aqui algumas das estratégias de luta eleitas para enfrentar as dificuldades do cenário político brasileiro.

Buscamos detectar quais as identificações político-ideológicas dos movimentos negros vigiados e em que medida correspondiam à classificação da polícia. Nessa busca, observamos que alguns segmentos dos movimentos negros possuíam uma identificação com o instrumental teórico marxista. Porém, essa não era uma postura unânime, pois a divergência política-partidária fora uma constante entre os diversos movimentos e mesmo dentro das entidades, por exemplo, o MNU. Mas para as estruturas repressivas todos os movimentos eram caracterizados como “subversivos” e, muitas vezes, taxados de “comunistas”, independentemente de suas diferentes idéias e estratégias de ação.

A ascensão dos movimentos negros no final da década de 1970 ocorreu no período conhecido por “abertura política” “lenta e gradual”, conduzida pelos militares como resposta às lutas de resistência. Por sua vez, ao analisar a documentação do Deops/SP, é justamente no final da década de 1970 e no início da década de 1980 que observamos uma intensa vigilância aos movimentos negros.

Notamos que as preocupações que envolviam a comunidade de informações e segurança nessa vigilância em pleno processo de abertura se davam não apenas pelos conceitos marxistas que circulavam nos movimentos negros, mas também se fundamentavam na perspectiva de preservação da “de-

mocracia racial” brasileira, evitando a introdução de “antagonismo racial” pelos movimentos negros. Visando evitar conflitos dessa ordem e salvaguardar a “harmonia racial”, esses movimentos eram identificados como “subversivos”, aspecto presente na atuação do Deops/SP desde a década de 1930. Historicamente, o regime militar apenas introduziu novos conceitos para idéias já existentes no meio policial¹¹.

Além disso, os diálogos com outros movimentos considerados “subversivos” ampliavam a suspeição dos órgãos repressores. Os debates sobre mobilizações da diáspora negra¹² e da África¹³ também provocavam o receio da influência internacional nos movimentos negros brasileiros, em especial pelo envolvimento com ações de guerrilha por parte desses movimentos internacionais, o que levava a comunidade de informações e segurança a classificá-los como “perniciosos” à ordem pública brasileira. A análise da mobilização afro-descendente no Brasil, nos Estados Unidos ou na África, pelas estruturas de repressão, estava ligada no combate ao “comunismo internacional”.

Os governos militares, na sua busca por homogeneidade social visando a uma população coesa, sem conflitos e sem contestações ao poder vigente e ao seu projeto social, desconsideravam a possibilidade da afirmação de uma identidade afro-brasileira. Ao contrário, o “protesto negro” nesse contexto político-social trazia à tona a desigualdade racial, pondo em xeque a massificação presente nos projetos políticos dos órgãos governamentais. Assim, a denúncia do racismo, a articulação de gestos, músicas, visuais, comportamentos, religiosidades, enfim, o cultivo de formas de representações próprias ligadas à ascendência africana, levou à formulação de uma cultura de resistência fundada em signos e símbolos identitários afro-brasileiros que ganhou ares subversivos para as autoridades policiais e militares.

Diálogo com outros movimentos

*(...) o Movimento Negro não é algo isolado
do conjunto de manifestações de massas.
Dele se alimenta, alimentando-o,
participa de suas derrotas e de suas vitórias.¹⁴*

Partindo da percepção da riqueza que o contato com outros movimentos sociais levava – como enfatiza a epígrafe –, atentando para o que acontecia no Brasil e no mundo, os movimentos negros buscavam ampliar esse diálogo. “Convidamos aos setores democráticos da sociedade que nos apoiem, criando as condições necessárias para criar uma verdadeira democracia racial.”¹⁵ Estava aí presente a preocupação de ampliação do movimento negro para além

de debates internos e para levar sua mensagem a toda a sociedade brasileira. Como estratégia para isso, os setores democráticos foram eleitos como os principais interlocutores, dada a identificação que tinham com esses setores e seus projetos.

Desde sua fundação, em 7 de julho de 1978, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) buscava associação com outros setores sociais. Na convocação para o ato que lançou publicamente o movimento, o MUCDR deixava claro que buscava atingir uma audiência maior para possibilitar que suas reivindicações fossem ouvidas. Com o intuito de sensibilizar a população em favor de sua causa, ele convocava “(...) todos os setores democráticos, que lutam contra as injustiças e o desrespeito aos direitos humanos, a engrossarem as fileiras com a Comunidade Afro-Brasileira, nesse ato contra o racismo”¹⁶.

Num primeiro plano, procurava-se arregimentar os afro-descendentes. Nesse sentido, buscavam aproximar-se da comunidade afro-brasileira onde quer que estivesse, chegando a propor um “movimento volante” que percorresse diversos lugares¹⁷.

Noutro, a atuação se dava por meio da participação nos debates democráticos, e visava a ampliar a discussão sobre o racismo e conquistar simpatizantes para sua causa, por exemplo, na luta pela anistia. O MNU participava de manifestações pela anistia com cartazes, panfletos e palavras de ordem contra o regime militar, como se nota no seu panfleto “Movimento Unificado contra a ditadura assassina”, com a palavra de ordem: “pelo desmonte de todo o aparelho repressivo”¹⁸.

Dentro da organização do Movimento Pró-Anistia fomentava-se o debate de outros movimentos, entre eles o dos negros¹⁹. Em novembro de 1978 representantes dos movimentos negros participaram do I Congresso Nacional pela Anistia²⁰. Segundo informação policial, o representante do MUCDR nos movimentos pró-Anistia foi Eduardo de Oliveira²¹. Por essa ocasião, o MUCDR apresentara seu ponto de vista por meio da tese “O papel do aparato policial do Estado no processo de dominação do negro e a Anistia”²². Em julho de 1979 o MNU enfatizou que o combate do Movimento Pró-Anistia contra a discriminação racial, no bojo da luta pela anistia, ampla, geral e irrestrita, apresentava-se como primordial para o avanço das lutas específicas dos movimentos negros²³.

Naquele momento eram constantes os debates em torno da reconquista da democracia, como na Plenária Democrática de São Paulo, criada em setembro de 1980, que contou com a participação da Frente Negra para a Ação Política de Oposição (Frenapo) e do MNU²⁴. Questões como a violência policial e a discriminação racial marcavam presença nos pontos do protocolo de in-

tenções²⁵. Em relatório do MNU de São Paulo sobre assembléia estadual desse movimento, realizada em Campinas em 21 de setembro de 1980, apresentava-se a necessidade de “agilizar e atuar efetivamente nas lutas democráticas da sociedade como um todo”²⁶. Ampliando os contatos com os “movimentos democráticos”, foi realizado, no ano de 1983, um ciclo de debates denominado “A esquerda e o movimento negro”, organizado pelo periódico *Em Tempo*²⁷.

Na visão do Grupo Negro da PUC-SP, o diálogo com outros movimentos sociais se fazia de suma importância para o enfrentamento do contexto sócio-político do país. O grupo criticava os movimentos negros por seu “isolamento” perante a situação do país, o que gerava um problema estratégico: a falta de organismos capazes de expressar as reivindicações dos afro-descendentes²⁸. Essa crítica era produto da visão de que as questões que eram pertinentes à comunidade afro-descendente passavam em primeiro lugar pela crítica ao regime militar.

Para ampliar a atuação política, o Grupo Negro da PUC-SP incentivava a participação ativa dos militantes nos sindicatos, associações de bairro, partidos políticos e nas mais diversas formas de organização social que lutassem pela defesa de direitos sociais. Obviamente que tal aproximação tinha como condição a manutenção da autonomia dos movimentos negros para que não fossem explorados por interesses alheios²⁹.

As temáticas que envolviam os movimentos negros levavam-nos a unir esforços com outros setores sociais visando não só a ampliar a mobilização, como também a obter conquistas na luta perante as estruturas de poder. Por exemplo, no combate aos efeitos da crise econômica brasileira, os movimentos negros presentes no I Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra propunham: “nossa unificação com todas as entidades, associações, sindicatos, partidos e setores, que incluam essa luta em suas reivindicações”³⁰. Incentivavam, desse modo, os trabalhadores negros para que tivessem uma atuação nas entidades representativas, levando até elas o debate dos movimentos negros e, ao mesmo tempo, auxiliando a luta por democracia no país.

O MNU buscava ampliar a sua atuação apoiando a abertura do debate do racismo no Brasil entre entidades sindicais:

Em todo o país surgem novos grupos e entidades em defesa das reivindicações da população negra, e já começam a surgir grupos organizados de negros em categorias importantes como bancários, metalúrgicos e no funcionalismo público.³¹

A participação dos movimentos negros em eventos de outras organizações também facilitava o diálogo, por exemplo, a presença de Wilson Prudente do MNU no ato público da Unidade Sindical, de 21 de maio de 1981³².

Na luta contra o regime militar, os militantes negros entendiam que era por meio da organização e conscientização junto com outros movimentos populares, associações e sindicatos que seria possível um posicionamento de resistência à política autoritária³³. O ato contra o racismo no 13 de maio de 1981 fora apoiado por outras entidades civis e contou com o apoio de várias outras entidades democráticas da sociedade brasileira, como Movimento Custo de Vida, União Municipal dos Estudantes Secundaristas, Associação das Empregadas Domésticas de São Paulo.

A partir da atuação do MNU seus militantes discutiram sobre os problemas sociais que afetavam os afro-descendentes e começaram a exigir posicionamentos e propostas das organizações político-partidárias acerca de suas reivindicações e problemas sociais: “(...) todas as organizações políticas do país, hoje, têm que ter um posicionamento sobre a questão racial”³⁴.

De acordo com documentação policial, um representante do MNU esteve presente na I Convenção Nacional da Convergência Socialista³⁵. Assim, os representantes dos movimentos negros buscavam ter voz e atuação em outros setores sociais para ampliar o debate das questões que lhes afligiam. “Solidarizam-se com qualquer luta de setores populares da sociedade brasileira que visa a real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais”³⁶. Essa estratégia buscava abrir espaços na sociedade brasileira, obter reconhecimento a respeito da necessidade de suas reivindicações e aumentar o número de seus militantes e simpatizantes. O MNU de Minas Gerais propunha que “os militantes devem se engajar nos movimentos que já existem, levando lá a questão racial”³⁷.

Movimento de mulheres

A mobilização das mulheres dos movimentos negros trouxe naturalmente um diálogo com o movimento feminista, por exemplo, a coluna para as mulheres negras no jornal *Mulherio* do Rio de Janeiro, que discutia a situação de exploração extrema que as mulheres negras sofriam (e ainda sofrem) na sociedade brasileira³⁸.

Nesse periódico, em seu número de maio-junho de 1982, encontramos um texto da importante militante negra Lélia Gonzalez³⁹ “E a trabalhadora negra, cumé que fica?”⁴⁰. Nesse texto Lélia Gonzalez apresentava a questão do trabalho sob o viés racial e de gênero, ressaltando o quanto a mulher negra sofria dificuldades maiores no mundo do trabalho, ganhando menos e produzindo mais, resultando, desse modo, numa tríplice discriminação da mulher negra: social, racial e sexual. Nessa mesma orientação, o material de divulgação do I Encontro de Mulheres Negras, em Belo Horizonte, em 1982, afirmava: “Ser negra e mulher no Brasil é ser objeto de uma tríplice discriminação”⁴¹.

minação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível da opressão⁴¹.

Uma conhecida charge de Henfil publicada naquele mesmo número de *Mulherio* apresentava uma síntese das permanências do período escravagista nas relações de trabalho entre uma patroa branca e a sua empregada negra:

Claro, Maria! Depois que você fizer a feira, juntar o lixo, encerar a sala e os móveis, escovar os sapatos e tapetes, polir a prataria, cozinhar o almoço, e lavar a louça, limpar as privadas e bidês, esfregar as roupas, trocar as fraldas mijadas, passar as cuecas do Romualdo e levar o Fifi pra fazer cocô na praça, pode ir na comemoração da libertação dos escravos...⁴²

Por sua vez, o periódico *Sinba*, em seu primeiro número, em julho de 1977, na matéria intitulada “A omissão da mulher negra”, propunha ao mesmo tempo reflexão e provocação sobre o papel da mulher nos movimentos negros daquele período, década de 1970, chamando-a a participar deles e organizar suas reivindicações⁴³.

Assim, as ativistas afro-descendentes, ao lutar nos movimentos negros, aí representavam aspectos do feminismo, e ao militar nos movimentos feministas apresentavam questões próprias dos movimentos negros, alimentando ambas as partes de uma reflexão sobre as questões de raça e de gênero.

Movimento estudantil

O movimento estudantil foi o interlocutor mais profícuo dos movimentos negros, seja no nascedouro de associações de militantes afro-descendentes estudantes, ou mesmo no debate da questão racial brasileira realizada por diversas entidades estudantis. Tal atuação pode ser comprovada, por exemplo, pelo Grupo Negro da PUC-SP, ou pelo Movimento Negro Universitário, que organizavam os estudantes afro-descendentes nas faculdades e universidades. Ou ainda nos debates contra a repressão ao negro e a violência policial no *locus* estudantil que apresentavam a temática afro-descendente ou africana⁴⁴. A própria divulgação dos eventos dos movimentos negros, como atos, reuniões e debates, aconteciam nos meios estudantis. Os estudantes se faziam presentes também em atos públicos contra o racismo promovidos pelos movimentos negros: “Foi notada a presença de diversos estudantes da Universidade de São Paulo (USP) que participam da Convergência Socialista, a maioria do Curso de Ciências Sociais, ECA [Escola de Comunicação e Artes] e um da FEA [Faculdade de Economia e Administração]”.

A documentação policial que se refere aos movimentos negros encontra-se em grande parte anexada aos dossiês classificados pelo código alfanumérico do Deops/SP que se destinava ao movimento estudantil. Revelando que os aparatos de informação e segurança notavam essas relações, especialmente pelo acompanhamento diário das atividades estudantis, conforme notamos pelo relatório de investigadores que monitoravam o que acontecia nas diversas faculdades da USP, desde cartazes afixados, aulas, reuniões de centros acadêmicos etc. Tudo era devidamente vigiado e relatado.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em suas atividades de debate acadêmico do ano de 1981, apresentou um dos tópicos sobre a situação do negro, mostrando o intenso debate científico sobre a questão racial brasileira, que também foi objeto de vigilância pelos aparatos de informação e segurança⁴⁵.

Esse diálogo também estava presente nos periódicos dos estudantes. O jornal estudantil *Manifestação*, em sua edição n. 4, de janeiro de 1980, participou da denúncia do racismo na sociedade brasileira, apoiava o MUCDR e clamava por uma verdadeira “democracia racial”⁴⁶. Os estudantes seguiam a lógica de que a melhor estratégia de luta contra o regime militar era unir todos os setores oprimidos da sociedade, por meio principalmente de pautas como anistia, liberdade partidária e melhores condições de vida e trabalho; as quais interessavam a diversos setores sociais, inclusive aos movimentos negros⁴⁷.

O periódico estudantil da Faculdade de Direito da USP, *Idéia*, apresentava reflexão sobre a situação afro-descendente por meio da matéria “Além da Segunda Abolição”⁴⁸. Fazendo uso de uma análise marxista, especialmente a partir do estudo de Florestan Fernandes sobre o ingresso do negro numa nova ordem econômica pós-abolição, destacava as permanências do sistema escravista brasileiro nas relações raciais. Uma charge publicada no mesmo periódico revelava os meandros do racismo à brasileira, representando as formas estereotipadas e os estigmas no tratamento aos afro-descendentes. Nesse sentido, a participação ativa de estudantes afro-descendentes no meio estudantil traçava caminhos para diálogos com um público maior sobre as relações raciais no Brasil. E, ao mesmo tempo, os estudos da ciência social acerca do racismo no Brasil alimentavam o debate dos movimentos negros.

Os partidos políticos e as “comissões de negros”

Havia uma desconfiança de setores dos movimentos negros em relação às ações de políticos voltados para a comunidade negra, como a apresentada no *Jornegro* sobre o projeto de uma lei que substituísse a ineficaz lei anti-racista Afonso Arinos:

Evidentemente, esta proposta tem um objetivo político, principalmente porque no próximo ano, ao que tudo indica, teremos eleições. Foi também às vésperas de uma eleição que, por proposta do parlamentar de mesmo nome, surgiu a Lei Afonso Arinos.⁴⁹

Houve, apesar disso, algumas parcerias com determinados partidos políticos nas chamadas *Comissões de Negros* neles existentes. As comissões de negros nos partidos políticos faziam parte também do

campo de ação das lutas democratizantes [que] se estende para abranger não só o sistema político, mas também o futuro do "desenvolvimento" e a erradicação de desigualdades sociais tais como as de raça e gênero, profundamente moldadas por práticas culturais e sociais.⁵⁰

Os movimentos negros, assim como outros movimentos sociais, trouxeram demandas sociais apreendidas por alguns partidos políticos que buscavam construir um discurso assentado na democracia. A proximidade dos movimentos negros, em especial o MNU, com partidos e tendências políticas de esquerda foi intensa, gerando influências mútuas. Os militantes participantes dos movimentos negros possuíam outras identificações que influíram em aproximações com outros segmentos sociais e movimentos, entre eles, partidos políticos.

As manifestações do MNU a partir de 1978 fizeram com que alguns partidos reagissem e inserissem a temática do racismo em seus programas⁵¹. É importante ressaltar também a atuação dos políticos afro-descendentes que realizavam uma ligação entre os movimentos negros e os partidos, como Benedito Cintra, que se fazia presente nos atos públicos e debates promovidos pelos movimentos negros, ao mesmo tempo que atuava como vereador do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁵². Representantes dos movimentos negros, como Lélia Gonzalez, participaram da Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1981, o que certamente propiciou a constituição da Comissão de Negros nesse partido⁵³.

Segundo a polícia, "os programas preconizados pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) exemplificam em parte a introdução de um novo alinhamento no que tange ao relacionamento com as bases"⁵⁴. Assim, esses partidos dialogavam com os movimentos sociais visando a fortalecer laços com as bases sociais. A relação dos partidos políticos a partir de um "novo alinhamento" com os movimentos sociais que eclodiam em meio à efervescência política da época poderia promover uma base para a construção política pretendida pelos partidos, possibilitando um campo maior de filiados e eleitores.

Por outro lado, na ação por meio das comissões de negros, os afro-descendentes buscavam uma atuação política com ingresso de políticos que lutassem pelas causas dos afro-descendentes: “Entendemos que nosso papel na luta parlamentar é basicamente impulsionar a organização do conjunto dos oprimidos, onde o negro é maioria.”⁵⁵.

A Comissão de Negros do PT

A participação efetiva em partidos políticos relacionava-se com a necessidade dos ativistas negros em participar das decisões do sistema político ao mesmo tempo que se buscava sensibilizar a sociedade brasileira para a situação social desigual dos afro-descendentes.

Para compreendermos o interesse do Partido dos Trabalhadores pelos afro-descendentes, faz-se necessário retomar sua formação, que buscava contemplar os diversos segmentos espoliados da sociedade brasileira, entre eles os afro-descendentes:

A idéia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que hoje se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às Comunidades Eclesiais de Base, dos movimentos contra a carestia às associações de moradores, do movimento estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres e ainda outros como os que lutam pelos direitos das populações indígenas.⁵⁶

Dessa forma, o PT nascia das lutas populares e buscava dialogar constantemente com esses movimentos que participaram de sua fundação. Em seu plano de ação o PT destacava entre suas prioridades o “apoio aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, negros e índios”⁵⁷.

Segundo a resolução política da primeira reunião ampliada da Comissão de Negros do PT, de 1º de outubro de 1981, destacava-se:

A existência de uma opressão particular que atinge os trabalhadores negros, o racismo, coloca para o PT a necessidade de organização desses trabalhadores para a luta contra essa opressão e determina que o Partido responda a essa questão, organizando e armando politicamente o conjunto de seus militantes, em particular os negros, para a luta contra toda discriminação, econômica, social, política, e racial.⁵⁸

A constatação do racismo permeando as relações de trabalho levou o

PT a formular o seu combate como estratégia para desenvolver a organização da classe trabalhadora contra as formas de opressão do capitalismo⁵⁹.

Exatamente por ser um partido de trabalhadores, uma das principais temáticas da Comissão de Negros do PT foi a da questão do trabalho. Assim, a incidência do racismo no mundo do trabalho apresentava-se como principal foco de debates, denunciando inclusive o racismo que incidia sobre os afro-descendentes. “Além do atraso social, econômico, cultural e político, consequência do processo de escravidão, o negro sofre ainda as mazelas do racismo, ideologia herdada do regime escravocrata, que a Abolição da Escravatura vestiu com nova roupagem.”⁶⁰ Nesse sentido, a comissão constatava que o desemprego atingia mais os afro-descendentes, que também tinham menor renda, eram mais vulneráveis à violência policial e viviam em péssimas condições de vida.

O desemprego que assolava o país, por afetar em especial os afro-descendentes, apresentava-se como temática explorada pela Comissão de Negros do PT. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1976 foram posteriormente utilizados pela comissão para demonstrar que os afro-descendentes ocupavam empregos menos valorizados e possuíam menores remunerações, evidenciando a marginalização dos negros no mercado de trabalho. Dessa forma, uma das principais bandeiras da comissão era o combate ao racismo manifestado por meio da questão da admissão aos empregos⁶¹.

No que concerne ao tema do trabalho vale reproduzir aqui o diálogo presente em uma charge do material de divulgação da comissão, a qual trata do eufemismo da “boa aparência” na seleção de empregados, questão permanentemente denunciada pelos movimentos negros. Nela, o empregador diz a um candidato afro-descendente com diversos diplomas: “Senhor, o nosso lema é esse aí!”, apontando para uma placa com os dizeres: “Vagas para bonito, culto, olhos azuis, etc., etc.”⁶².

Na “Proposta de pontos de luta sobre a questão do negro”, a Comissão de Negros do PT ressaltava que a discriminação racial era um dos meios de manutenção do poder da “burguesia branca”, e fazia críticas à “democracia racial”, identificando-a como uma forma de mascarar a opressão racial⁶³. Em proposta para a definição dos pontos de luta sobre a questão do negro, datada de 9 de dezembro de 1981, a Comissão de Negros do PT, após analisar os mecanismos de manutenção dos privilégios da classe dominante do país, apontava a discriminação racial como um desses mecanismos que separariam brancos e negros, impossibilitando a união contra o “inimigo em comum”. Destacava também a ideologia da “democracia racial” como forma de mascarar a opressão racial decorrente das discriminações. E para a comissão seria

justamente a ideologia da “democracia racial” que impediria setores das esquerdas de perceberem a importância da questão racial brasileira⁶⁴.

Apesar de uma análise centrada na luta de classes, a comissão atribuía importância ao aspecto racial para a compreensão das desigualdades sociais e buscava contemplar as diversas reivindicações dos movimentos negros.

Outras temáticas dos movimentos negros também se fizeram presentes no discurso da Comissão dos Negros no PT, a qual afirmava que a questão da violência policial deveria ser posta no centro das preocupações do partido⁶⁵. A Comissão de Negros do PT contemplava essa temática em seu material de divulgação, em que fazia uso de charge que mostrava a relação intrínseca entre a violência policial e o racismo, evidente em toda e qualquer manifestação afro-descendente, de caráter político, cultural ou social. A Comissão de Negros do PT constatava que

A violência policial tem suas raízes nas formas de repressão utilizadas pelas classes dominantes do País a fim de desbaratar todo tipo de organização popular contra a exploração, desde a repressão aos escravos fugidos até a utilização constante de prisões arbitrárias, torturas e mortes.⁶⁶

A atuação de esquadrões da morte, face ilegal e mais exacerbada da violência policial, era vista pela comissão como “o meio que a burguesia se utiliza para controlar a explosividade da situação marginal em que se encontra o povo negro desde a abolição da escravatura, e que os governos militares só fizeram acentuar”⁶⁷. Ou seja, a comissão compreendia que essa violência servia para impedir a organização dos afro-descendentes a fim de que lutassem contra a opressão.

A questão da mulher também obteve espaço nos debates da Comissão de Negros do PT ao salientar ali que o trabalho doméstico, composto em sua maioria por mulheres negras, era uma forma de subemprego, sem garantia dos direitos trabalhistas⁶⁸. Em seu material de divulgação, a Comissão do PT apontava que a mulher negra tinha de enfrentar um duplo estigma, por ser mulher e por ser negra, sofrendo as explorações do trabalho doméstico⁶⁹.

A Comissão de Negros do PT defendia, já na década de 1980, a incorporação da história da África nos currículos escolares, ansiando pela valorização das origens, cultura e história do afro-descendente. A importância da incorporação dessa temática no sistema de ensino brasileiro se dava no sentido de conceber a educação como um instrumento de “libertação” e não de “alienação”. Além disso, na luta contra o imperialismo, a Comissão de Negros do PT defendia as lutas dos oprimidos do mundo todo, especialmente os da

África⁷⁰. Além disso, se engajava na luta anti-*apartheid*, em favor do rompimento de relações com a África do Sul⁷¹.

Os negros e as eleições de 1982

O panfleto “O MNU e o jogo eleitoral de 82”⁷² ressaltava que:

A partir de 1978, com a emergência do movimento dos trabalhadores por um caminho próprio para o poder, construído democraticamente a partir de setores que sofrem a opressão de forma direta, a comunidade negra começou a entender que seus interesses são os mesmos das classes oprimidas.⁷³

Esse panfleto refletia a preocupação do MNU em ter parlamentares negros que representassem os interesses da sua população. Também revelava uma preocupação com as Comissões de Negros:

No atual jogo eleitoral, alguns partidos políticos, ao se aperceberem da limitada consciência política e racial a que está submetida a maioria da população negra, tentam utilizá-la, incentivando o surgimento de um “Movimento Negro” segundo a orientação ideológica e política dos próprios partidos.⁷⁴

Nessa iniciativa o MNU considerava a utilização dos afro-descendentes como massa de manobra ou mesmo como cabos eleitorais de partidos políticos. Aliás, o MNU tinha uma relação tensa em relação aos candidatos de 1982, principalmente porque na eleição anterior, de 1978, não obteve retorno dos políticos que apoiou. Além disso, as divergências político-partidárias no seio do MNU produziam dificuldades no relacionamento com os partidos políticos, levando à busca de uma postura “neutra”, que parece não ter sido alcançada⁷⁵. A própria proximidade com o PT teria sido objeto de divergências entre os seus militantes: “O documento sobre a ‘linha política do MNU’, elaborado por *Reginaldo Bispo Pereira*, assumiu claramente as bandeiras do *Partido dos Trabalhadores* (PT), o que veio a causar polêmica entre os diversos grupos...”⁷⁶.

Apesar de o MNU se apresentar como apartidário, buscava participar ativamente da vida política nacional, além de estabelecer ligações estreitas com as esquerdas. A fala de Anilson da Bahia demonstra as tensões provocadas pelas divergências partidárias: “O MNU não é um partido político, ele é muito mais que isso, portanto, não deve apoiar militantes candidatos de partidos políticos, quer seja da situação ou oposição, uma vez que vai contra seus princípios básicos.”⁷⁷. Mais uma vez os movimentos negros, assim como

na década de 1930 com a Frente Negra Brasileira (FNB), sofriam com as divergências e polêmicas em torno de sua atuação política.

Visando acentuar a independência da mobilização afro-descendente, a Frenapo [Frente Nacional contra a Pobreza], em panfleto, afirmava que congregava “militantes dos diversos partidos de oposição existentes no país”. Ao mesmo tempo, acentuava a participação no processo de democratização do país por meio dos partidos políticos. Mas a Frenapo alertava, sobretudo, para os políticos oportunistas que se aproveitavam da temática afro-descendente para obter votos⁷⁸. Faziam parte da Frenapo os vereadores paulistanos Milton Santos e Benedito Cintra e o vereador de Carapicuíba, Genésio Arruda, todos do PMDB. Assim, a Frenapo estaria incentivando a existência de parlamentares negros⁷⁹.

Nos debates dos movimentos negros apresentaram-se propostas de criação de um novo partido que arregimentasse a população afro-descendente. Há registro nesse sentido no ciclo de debates sobre a marginalização social do negro e a violência policial, em que os irmãos escritores Celso e Wilson Prudente discutiram com os membros da mesa e participantes do debate para a criação de um partido de unidade que envolvesse os negros e as “demais classes operárias”. A proposta partidária não agradou boa parte dos presentes, levando os irmãos a serem expulsos do debate⁸⁰.

Já para o MNU, em suas declarações oficiais sobre o processo eleitoral, o que importava era o comprometimento com a causa da sua luta, ou seja, combater a discriminação racial:

A consciência de que a luta racial não se esgota em si mesma mas que cabe a todos os setores explorados, unidos por uma concepção de sociedade independente das classes dominantes, é uma das condições fundamentais para que nos identifiquemos com candidatos negros ou brancos.⁸¹

Além disso, o MNU buscava manter a autonomia política no processo eleitoral e visava a ampliar seu campo de influência nas decisões políticas.

Por sua vez, avaliando o processo eleitoral de 1982, o Grupo Negro da PUC-SP indicava que pouquíssimos candidatos negros foram eleitos. Num contexto de crise econômica do país, ainda assim, o discurso dos candidatos negros não conseguiu atingir o eleitorado⁸². Nas “eleições houve um número grande de negros vinculados ao movimento que se candidataram a cargos eletivos de todos os níveis e nenhum deles se elegeu”⁸³. Por certo um dos aspectos a ser levado em conta para compreender essa questão é a falta de penetração das idéias dos movimentos negros na “massa negra”, em especial pela incidência de um conjunto de identidades políticas que não convergiam para os movimentos negros.

A atuação das comissões de negros nos partidos políticos era acompanhada pela comunidade de informações e segurança, que enviava investigadores para observá-los, como aponta a informação n. 715B/82, de 17 de maio de 1982, sobre a sessão solene comemorativa da Lei Áurea na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, na qual foi distribuída uma convocatória para as reuniões da Comissão de Negros do PT⁸⁴. A aproximação dos movimentos negros com os partidos políticos era mais um elemento de “subversão” que não escapava do olhar vigilante do Deops.

Unificação

“É preciso se unir, se organizar e lutar”⁸⁵

“A consciência negra não é só enxergar como negro.

É lutar pela causa negra.”⁸⁶

(Dalmir Francisco Costa)

Ainda na década de 1970 os afro-descendentes tinham de reafirmar e reivindicar seus direitos de cidadania: “O Movimento Contra a Discriminação Racial foi criado para que os direitos dos homens negros também sejam respeitados.”⁸⁷. A primeira ação da nova entidade foi o ato público realizado em 7 de julho de 1978 em São Paulo, organizado para protestar contra dois casos de discriminação racial pouco antes ocorridos na cidade: o que levou à morte de Robson Silveira Luz em decorrência de torturas numa delegacia de polícia de Guaianazes; e o do clube de Regatas Tietê, que teria proibido o treino de alguns garotos negros no clube. Sobre o ato que lançou publicamente o MUCDR, Hamilton Bernardes Cardoso testemunhou:

Havia medo, ironias e preocupações, nas entidades, nas redações de jornais brancos. E a repressão?

Se a polícia atuasse seria um golpe mortal para o movimento negro, um golpe mortal para a democracia racial. Reprimir uma manifestação anti-racista não seria aconselhável para um país mestiço; por outro lado, o medo poderia ser instalado na comunidade negra. Uma faca de dois gumes.

Estas preocupações, por vezes, emergiam nas reuniões do movimento. Ai, surgia a certeza de alguns: o negro, hoje, pode sair para as ruas e ali discutir junto à massa negra desempregada; as lutas negras internacionais, a crise do capitalismo, o futuro que a África representa para o Brasil, aliado ao próprio racismo a necessidade de mostrar aos Africanos que aqui existem negros livres, o avanço das forças populares no país, as divisões burguesas, todos estes

fatores permitem a saída pelas ruas. E existe a necessidade, os negros estão nas ruas. Ali é que trabalham, que se divertem, que são presos pela polícia...⁸⁸

Utilizando-se de sarcasmo, Hamilton ressaltava o receio de que a repressão impedisse a atuação do MUCDR e, ao mesmo tempo, analisava as interpretações do regime militar sobre as relações raciais no Brasil, que eram sustentadas inclusive na política externa brasileira.

A presença dos investigadores do Deops/SP em meio às manifestações públicas contra o racismo organizadas pelo MUCDR foi notada por alguns militantes negros, revelando que a ação da comunidade de informações e segurança nem sempre atingia êxito no seu disfarce. Pelas próprias características repressivas da época os movimentos sociais “aprendiam” a lidar com as técnicas empreendidas pelo Deops/SP:

O 7 de julho prosseguia. E as pessoas chegavam, cada vez em maior quantidade, cada vez mais atentas. Os policiais do Deops, à paisana, misturavam-se entre os presentes. Quietos. Havia negros que, ao conhecê-los (qual negro não conhece um policial?), diziam para o companheiro: “Até que enfim eles, aqui, são obrigados a calar, a ficar quietos e não agredir...”⁸⁹

Os movimentos negros visavam unir esforços no sentido de combater o racismo por meio do viés político, diferentemente da estratégia predominante até então, que priorizava a sociabilidade entre afro-descendentes e resistia à politização do debate⁹⁰. “O MUCDR foi um projeto pensado inicialmente por negros que se autodenominavam trotskistas e que militavam na Liga Operária – depois transformada em Convergência Socialista –, organização que editava o jornal *Versus*.”⁹¹

Os militantes do MNU, prossegue Cardoso, deveriam “também empenhar-se na disputa por espaços nas várias instâncias de poder”, além de combater pelo “resgate da história e da tradição de afro-descendência, necessárias para a construção da identidade negra”⁹². Isso se deve especialmente à base ideológica do MNU, ligada à própria filiação dos seus militantes aos partidos de esquerda, o que, na ótica do Deops/SP, os aproximava dos movimentos “subversivos” e, de acordo com tal visão, tornava-os também subversivos.

Em sua carta de princípios, o MUCDR apresentava alguns de seus objetivos gerais, que não tratavam de idéias separatistas – como a polícia compreendia a luta anti-racista dos afro-descendentes; ao contrário, trazia uma perspectiva de inclusão na sociedade brasileira e de assegurar os direitos sociais, na qual fosse garantida a autonomia da população afro-descendente dentro da sociedade brasileira:

O combate ao racismo onde se faça presente; a luta constante contra a discriminação e preconceito racial e toda forma de opressão existente na sociedade brasileira; bem como a mobilização e organização da comunidade negra na luta de emancipação política, econômica, social e cultural.⁹³

No documento *Princípios do MNU*, por sua vez, havia destaque para o seu objetivo central:

(...) defesa do povo negro em todos os aspectos: político, econômico, social e cultural, através de maiores oportunidades de emprego, melhor assistência à saúde, à educação e à habitação, reavaliação do papel do negro na História do Brasil, valorização da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção; extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência; e liberdade de organização e de expressão do povo negro (...).⁹⁴

Dentro de uma perspectiva de integração social, o MNU encontrava-se aberto à participação de outros segmentos da sociedade brasileira, como Dalmir Francisco Costa apresentava em seu discurso:

O MNU é um movimento aberto a todos, sem distinção de credo, raça, ideais políticos, etc. ... O nome unificado não quer dizer união da raça negra, mas sim união de várias idéias que têm o mesmo objetivo, ou seja: abraçar a luta do povo oprimido, marginalizado, discriminado e explorado, que somos nós brasileiros, e especificamente, a luta do negro, que é discriminado como raça e como brasileiro.⁹⁵

Isso contrariava a visão policial a respeito dos movimentos negros, a qual entendia que estes buscavam na sua luta anti-racista a separação dos negros na sociedade brasileira.

Alguns dos militantes do MNU entendiam que uma “vanguarda revolucionária” do movimento deveria conscientizar os afro-descendentes da sua condição e levá-los à militância. Por exemplo, Jorge Posadas, em reunião do MNU ocorrida em Minas Gerais, no dia 28 de novembro de 1981, afirmou que “(...) nós devemos não só trazê-los ao MNU e conscientizá-los do problema da discriminação racial que sofrem, mas nós militantes temos de ir a eles”⁹⁶. Nesse sentido, entendia ser necessário expandir o movimento não só à população brasileira como um todo, mas principalmente em meio aos afro-brasileiros que ainda não estavam mobilizados nas lutas anti-racistas.

Os movimentos negros, de forma geral, tinham uma intenção didática em seus impressos, com vistas a formar o pensamento dos afro-brasileiros. Dessa forma, é sintomático o emprego “de termos como *conscientizar, reflexão, mobilizar, organizar, resgatar, lutar, combater*, palavras de ordem que se repetem em artigos do *Jornal do MNU* e em poemas e contos do CN [*Cadernos Negros* – publicação de poetas e poemas afro-descendentes]”⁹⁷.

Em auto-avaliação da sua mobilização, a necessidade de união apresentava-se como um tópico importante para seus militantes: “passamos hoje por uma fase de desarticulação, que tem levado a um esvaziamento quase que total de nossas entidades. (...) O movimento negro ressentia-se da falta de uma estrutura organizativa e política que aglutine, de fato, todas as formas de luta”⁹⁸. Em busca do avanço do combate contra a discriminação, voltava-se para uma ação em conjunto com as diversas entidades dos movimentos negros. Nesse sentido, o Grupo Negro da PUC-SP colocava que o MNU foi uma importante conquista para a organização, mas que na década de 1980 já não conseguia mais cumprir sua função aglutinadora.

O representante do MUCDR em São Paulo, Reginaldo Bispo Pereira⁹⁹, avaliando a atuação desse movimento, afirmou: “Existem várias correntes políticas, devendo o Movimento, por ser autônomo, acolher a todas elas.”¹⁰⁰. O MNU, em seu relatório das atividades realizadas em São Paulo, apresentado em uma assembléia estadual realizada em Campinas no dia 21 de setembro de 1980, apontava para uma atuação política que, no entanto, deveria ser autônoma e sem influências partidárias¹⁰¹.

Embora o MNU não se comprometesse com um partido político de forma direta, sua postura apresentava-se alinhada às orientações de esquerda; e como seus principais documentos tratavam da postura político-partidária, ele recomendava aos seus militantes para que votassem e participassem dos partidos comprometidos com as causas dos oprimidos¹⁰².

Apresentava-se, assim, uma questão de representatividade no meio afro-brasileiro, pois o MNU reivindicava para si, “desde o seu surgimento no cenário político brasileiro, a condição de principal catalisador dos anseios da população negra brasileira (...)”¹⁰³. Ou seja, buscava ser o principal protagonista das decisões da população afro-descendente, mas não conseguia ampliar suas discussões para a população afro-brasileira como um “todo”. No entanto, havia uma autocritica feita por alguns militantes que entendiam que o MNU era então “um movimento sem bases políticas, isso é, sem penetração junto àqueles a quem dizemos representar”¹⁰⁴. Corroborando essa visão e refletindo o porquê disso, o sociólogo João Batista de Jesus Félix, militante do MNU entre 1982 e 1991, buscou demonstrar em sua dissertação de mestrado que o MNU encontrava-se distanciado da população afro-descendente. Félix

entende que esse distanciamento ocorria pelo fato de o MNU, visando construir uma identidade negra que reafirmasse a ascendência africana, sustentar elementos culturais e simbólicos de origem africana (como a capoeira, as religiões afro-brasileiras e o samba) que seus próprios militantes não dominavam ou participavam, tornando-se mera retórica¹⁰⁵.

As posições políticas foram o ponto central nas divergências estratégicas e ideológicas das diversas expressões dos movimentos negros. Certamente as divergências de idéias entre os diversos movimentos negros e os diversos militantes acerca de como deveria ser sua atuação influíram na relativa liberdade que a repressão manteve com relação a este, apenas os vigiando e não proibindo suas reuniões e encontros. Um informante do Deops/SP deixava explícita em seu relatório a polarização existente nas fileiras dos movimentos negros: “Durante as 2 horas e meia de discussão não houve consenso sobre qualquer meta a ser atingida ou os meios a serem empregados para definição de uma proposta razoavelmente positiva”¹⁰⁶.

As dificuldades de unificação eram detectadas pelos próprios militantes que, em sua organização, viam seus esforços lograrem: “Não nos parece mais possível que se fale em unificação do Movimento Negro, pois as convocações políticas não foram atendidas pelas entidades, nem mesmo aquelas que se propuseram a organizar o II Encontro compareceram”¹⁰⁷.

A própria formação do MUCDR iniciou-se sem o comprometimento de todas as entidades dos movimentos negros. A carta convocatória ao Ato Público de 1978 contra tratamento discriminatório no Clube Tietê e a violência policial que levou à morte de Robson Silveira da Luz “foi assinada por apenas seis das treze organizações negras que estavam articuladas nesse processo”.

O Grupo Negro da PUC-SP, avaliando a Coordenação Estadual de Entidades Negras do Estado de São Paulo, procurou levantar as razões para a desarticulação entre as entidades participantes: “Uma delas é a divergência interna das entidades. (...) diferentes opções partidárias também serviram para acirrar as divergências dentro das entidades”¹⁰⁸. A questão político-partidária parece ter sido o grande entrave a qualquer iniciativa de unificação.

A questão político-partidária foi extremamente importante para o MNU, levando até a Comissão Executiva Nacional, órgão maior do movimento, ter como função dentro do movimento assessorar sobre os assuntos político-partidários¹⁰⁹. A política tornou-se importante, especialmente pela constatação dos militantes de que o racismo era um fato político¹¹⁰. Ao mesmo tempo, notamos que esse era o ponto de fragilidade do MNU em relação à sua unidade, já que diversas tendências político-partidárias se faziam presentes, tornando objetivos e estratégias causas de dissenso¹¹¹. Na busca por unidade as comissões organi-

zadoras de cada estado comunicavam-se constantemente por meio de informes e buscavam se reunir regularmente, visando obter uma pauta, uma linguagem, um ideário comum e uno¹¹². Ao avaliar suas atividades até 1981, o MNU de Minas Gerais afirmava, no entanto, que “o Movimento Negro Unificado foi balançado por um esvaziamento crescente e também por correntes políticas brigando o tempo todo pela direção do movimento”.

As divergências eram frutos do embate entre uma leitura da questão racial pela matriz de esquerda e voltada para a atuação política, e uma outra que valorizava o combate do racismo por meio da cultura, aspecto que influiu no insucesso do objetivo de união do MNU.

A questão da união apresentava-se como central nos diversos discursos dos militantes negros, uma vez que entendiam ser ela vital para o avanço de sua luta. Isso pode ser claramente compreendido nas falas dos militantes mineiros feitas durante a manifestação, organizada pelo MUCDR, pelo Dia da Consciência Negra, em 1981, quando todos os oradores citaram a importância da união¹¹³.

Da mesma forma, o poema “Reali/uni/dade” apresenta a busca por unificação dos movimentos:

Precisamos juntos lutar
Mas você fica com medo, parado
Carecemos a verdade falar
Porém você fica passivo, calado
Os dias vão entrando
E lentos passos conseguimos dar
Os meses vão terminando
E poucas barreiras conseguimos quebrar!
Você ganhou uma posição
Mas não conquistou um prato cheio
Você comprou um filão
Mas lhe embrulharam somente meio.
Você é mais um irmão
Que não larga e nem mete
Você é mais vilão
Neste show de marionetes!¹¹⁴

No I Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra discutiu-se a questão da unidade não alcançada e recorrentemente presente nos discursos dos movimentos negros:

Em que pese a desorganização na preparação do *Encontro*, um número de

entidades que poderiam ser bem maior, ele pode representar um marco importante no avanço de nossa organização, em busca de uma resposta unitária frente à situação de opressão, de péssimas condições de vida e trabalho a que somos submetidos, e a constante expropriação de nossos valores e exploração de nossas manifestações culturais.¹¹⁵

Essa falta de unidade influía até mesmo na presença das entidades nos encontros. O redator desse panfleto destacava que havia divisões entre os movimentos negros e que a unidade deveria ser uma preocupação constante entre eles. O encontro, dirigido pelo Grupo Negro da PUC-SP, visava reunir as diversas entidades negras, sejam culturais, recreativas ou políticas, visando ampliar as suas atividades¹¹⁶.

Mesmo tendo o MNU intenção de aglutinar os esforços, logrou seu intento ao não superar as diferenças. O discurso do MNU buscava a construção dos laços de solidariedade e de união do grupo por intermédio do referencial afro, o que certamente apagava a diversidade das experiências e identidades dos afro-descendentes. Uma das principais críticas à atuação do MNU era a de que ele não conseguia atingir a maioria da população afro-descendente: “As atuais organizações, como as suas congêneres do passado, não conseguiram elaborar em conjunto uma visão do negro em relação ao meio que o cerca e nunca procuraram entender, na sua forma concreta, os problemas da massa negra no seu dia-a-dia.”¹¹⁷

Um outro aspecto importante a se levar em conta nas dificuldades de união é a questão regional. O MNU visava atingir o país como um todo; no entanto, sua atuação foi diversificada nos estados. São Paulo e Rio de Janeiro ganhavam destaque nas decisões dos dirigentes do movimento, por estarem mais estruturados, enquanto os representantes dos outros estados não se viam contentes com esse rumo¹¹⁸.

Com todas essas dificuldades de consenso, havia quem optasse por não se vincular totalmente aos movimentos negros e buscar uma atuação independente. Segundo relatório policial, alguns ativistas do MNU, apesar de participarem desse movimento, mantinham uma militância independente por discordar das posturas de alguns membros¹¹⁹.

Dessa forma, as dificuldades internas e externas à ampliação e à ressonância dos movimentos negros na sociedade brasileira levavam os seus militantes a privilegiar em seus discursos e estratégias de ação as temáticas da união e do diálogo com outros movimentos sociais dos setores democráticos. Embora a união dos movimentos negros tenha logrado, o diálogo externo ao movimento foi profícuo e manteve os movimentos negros em constantes relações com movimentos sociais e partidos.

RESUMO

O presente artigo trata de algumas das características dos movimentos negros brasileiros no período entre 1964 e 1983, a partir da pesquisa da documentação do Fundo Deops/SP referente às investigações procedidas pela polícia política a respeito da mobilização desses movimentos e de seus militantes, destacando-se duas importantes estratégias de luta desses movimentos: o ideal de unificação e os diálogos que os movimentos negros estabeleceram com outros movimentos sociais, uma vez que essas duas questões foram constantes em diversos discursos dos movimentos negros.

PALAVRAS-CHAVE

Movimento negro; regime militar; polícia política; racismo.

ABSTRACT

This article is about some characteristics of the Brazilian black movements, between 1964 and 1983, from research of Deops/SP Collection about the politics police inquiries of those mobilization and the militants. Emphasizing two important strategies of fight of this movements: the unification ideal and the dialogue with other social movements, once that this questions were constantly in the several speeches of the black movements.

KEYWORDS

Black movement; military regime; political police; racism.

NOTAS

¹ Este artigo faz parte do capítulo IV da dissertação de mestrado *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do Deops/SP (1964-1983)*, realizada sob orientação da Prof^a Dr^a Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez, defendida em 2007 na FFLCH/USP e financiada pelo Capes.

² Mestre em História Social pela FFLCH/USP e professora da rede estadual do Estado de São Paulo. Contato da autora: karinsk@gmail.com.

³ Periódico *Árvore das Palavras*, n. 6, nov. 1974. Dossiê 50-Z-129 – 15426, no Fundo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo no Arquivo do Estado de São Paulo, doravante Deops/SP, Daesp.

⁴ Fundado em 7 de julho de 1978, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) teve a sua denominação posteriormente modificada para Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Depois o nome do movimento foi abreviado para Movimento Negro Unificado (MNU). Essas denominações foram por vezes utilizadas simultaneamente, tanto que a documentação aqui citada apresenta essas diferentes siglas ao longo do período estudado (1978 a 1983). Para evitar os anacronismos, as denominações e suas respectivas siglas serão

mantidas em conformidade com a documentação utilizada.

⁵ COSTA, Haroldo. *Fala crioulo*. Rio de Janeiro: Record, 1982, p. 16-17.

⁶ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

⁷ Documento do I Encontro Nacional de Entidades Negras no *Jornal do MNU*. São Paulo, n. 18, p. 6. *Apud* SOUZA, Florentina. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 14.

⁸ KÄRNER, Hartmut. “Movimentos sociais: revolução no cotidiano”. In WARREN, Ilse Scherer e KRISCHKE, Paulo. *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 24.

⁹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicolla; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1999, p. 787; e CAMACHO, Daniel. “Movimentos sociais: algumas discussões conceituais”. In WARREN e KRISCHKE, *op. cit.*, p. 216.

¹⁰ TELLES, Vera. “Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70”. In WARREN e KRISCHKE, *op. cit.*, p. 55.

¹¹ Conceitos novos como antagonismo, pressão, objetivos nacionais, entre outros, que compunham o ideário da Doutrina de Segurança e Desenvolvimento que nor-teou o regime militar.

¹² Refiro-me aos diversos movimentos reivindicatórios dos afro-descendentes fora da África, por exemplo, o movimento de Direitos Civis ou o dos Panteras Negras nos Estados Unidos.

¹³ Os movimentos de independência na África do jugo colonial traziam à tona a questão racial e geraram debates acerca da luta anti-racista.

¹⁴ CARDOSO, Hamilton Bernardes. “Alguns pontinhos...”. *Versus*. São Paulo, n. 22, jun.-jul. 1978, p. 38. Dossiê 20-K-135 – 424. Deops/SP, Daesp.

¹⁵ “Carta Aberta à População – Contra o Racismo” do MNUCDR. In Dossiê 21-Z-14 – s/n. Deops/SP, Daesp.

¹⁶ Carta convocatória para o ato público contra o racismo, 29 jun. 1978. Dossiê 50-Z-0 – 14620. Deops/SP, Daesp.

¹⁷ Panfleto do Grupo Negro da PUC “I Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra”. In Dossiês 20-C-44 – 17287. Deops/SP, Daesp.

¹⁸ Informação da Divisão de Informações do Deops, 8 ago. 1979, fl. 1. Dossiê 50-Z-130 – 2675. Deops/SP, Daesp.

¹⁹ Anexo G do Encaminhamento do Ministério da Marinha n. 0393/78. Dossiê 50-Z-0 – s/n. Deops/SP, Daesp.

²⁰ Manifesto a Nação, de 5 nov. 1978, anexo F do Encaminhamento do Ministério da Marinha n. 0393/78. Dossiê 50-Z-0 – s/n, *cit.*

²¹ Informação do MNUCDR. Dossiê 52-Z-0 – 28559. Deops/SP, Daesp.

- ²² Dossiê 50-Z-130 – 5174. Deops/SP, Daesp.
- ²³ Informação do MNUCDR. Dossiê 52-Z-0 – 28559, *cit.*
- ²⁴ Plenária realizada em 10 dez. 1980. Dossiês 20-C-44 – 14995 A e 20-C-44 – 14987. Deops/SP, Daesp.
- ²⁵ Pontos “defesa dos direitos do povo contra a violência policial” e “luta contra a discriminação racial”. In Plenária Democrática de São Paulo, fl. 2. Dossiê 20-C-44 – s/n. Deops/SP, Daesp.
- ²⁶ Dossiê 50-Z-32 – 4601. Deops/SP, Daesp.
- ²⁷ Relatório da Divisão de Informações do Deops. Dossiê 21-Z-14 – 15182. Deops/SP, Daesp.
- ²⁸ Boletim III do Grupo Negro da PUC-SP, p. 18. Pasta Movimento Negro. Cedic/PUC-SP.
- ²⁹ Boletim III do Grupo Negro da PUC-SP, p. 19. Pasta Movimento Negro. Cedic/PUC-SP.
- ³⁰ Dossiê 20-C-44 – 17287, *cit.*
- ³¹ *Revista do MNU*. São Paulo, n. 4, jul.-ago. de 1981, fl. 13. In Sumário Semanal, n. 27, entre 18 e 24 set. 1981, de 25 set. 1981, do Codin/Conseg da Coordenação de Informação da Secretaria de Estado da Segurança Pública de MG, fl. 22. Dossiê 50-H-84 – 4848. Deops/SP, Daesp.
- ³² Mensagem 462 do Sumário de Informações, n. 036-4, de 21 maio 1981. Dossiê 50-D-18 – 2852. Deops/SP, Daesp.
- ³³ Sumário Semanal n. 39, entre 11 e 17 dez. 1981, de 18 dez. 1981, do Codin/Conseg da Coordenação de Informação da Secretaria de Estado da Segurança Pública de MG, fl. 9. Dossiê 50-H-84 – 5102. Deops/SP, Daesp.
- ³⁴ *Revista do MNU*. São Paulo, n. 4, jul.-ago. 1981, fl. 13. In Sumário Semanal n. 27, entre 18 e 24 set. 1981, de 25 set. 1981, do Codin/Conseg da Coordenação de Informação da Secretaria de Estado da Segurança Pública de MG, fl. 22. Dossiê 50-H-84 – 4848, *cit.*
- ³⁵ Juntada de informações sobre o MNUCDR. Dossiê 52-Z-0 – 26882. Deops/SP, Daesp.
- ³⁶ Informação n. 352 da IV Comar, de 15/12/1978. In Juntada de Informações da Divisão de Informações do Deops, fl. 2. Dossiê 52-Z-0 – 26882, *cit.*
- ³⁷ Sumário Semanal de Informações n. 35 do Codin/Conseg, entre 27 ago. e 2 set. 1982, de 3 set. 1982, fl. 25. Dossiê 50-H-84 – s/n, *cit.*
- ³⁸ Segundo observação de agente infiltrado no III Congresso Nacional do MNU, quando a militante do Rio de Janeiro Lélia Gonzalez descrevia as atividades em sua cidade. Informe confidencial n. 89 da Conseg/MG, de 19 abr. 1982, fl.3. OS 1157, p. 218 C. Deops/SP, Daesp.

³⁹ Lélia Gonzalez participou de diversos movimentos negros, entre eles: Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN-RJ), Movimento Negro Unificado (MNU), Nzinga Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro e Olodum da Bahia. Foi referência na mobilização de afro-descendentes, mas também no movimento feminista, participando, por exemplo, do periódico feminista *Mulherio*.

⁴⁰ *Mulherio*. São Paulo, ano II, n. 7, maio-jun. 1982, p. 9. Dossiê 20-C-44 – 24362. Deops/SP, Daesp.

⁴¹ “A discriminação da mulher negra”, I Encontro de Mulheres Negras em Belo Horizonte. In Sumário de Informações n. 7 do Codin/Conseg, entre 12 e 18 fev. 1982, em 19 fev. 1982, fl. 35. Dossiê 50-H-84 – s/n, cit.

⁴² *Mulherio*. São Paulo. Ano II, n. 7, maio-jun. 1982, p. 9. Dossiê 20-C-44 – 24362, cit.

⁴³ “A omissão da mulher negra”. *Sinba*. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, jul. 1977, p. 3. Dossiê 50-Z-130 – 5588. Deops/SP, Daesp.

⁴⁴ Relatório n. 506 de observação junto ao *campus* da USP no período matutino da Divisão de Ordem Política, de 8 ago. 1980. Dossiê 40-Z-10 – s/n. Deops/SP, Daesp.

⁴⁵ *Revista do MNU*. São Paulo, n. 4, jul.-ago. 1981, fl. 13. In Sumário Semanal n. 27, entre 18 e 24 set. 1981, de 25 set. 1981, do Codin/Conseg da Coordenação de Informação da Secretaria de Estado da Segurança Pública de MG, fl. 22. Dossiê 50-H-84 – 4848, cit.

⁴⁶ Pasta Movimento Negro. Cedic/PUC-SP.

⁴⁷ Periódico *Manifestação*, n. 4, jan. 1980. Pasta Movimento Negro. Cedic/PUC-SP.

⁴⁸ “Além da Segunda Abolição”. *Idéia*, n. 2, ano 1, ago. 1977, p. 13. Dossiê 50-Z-13 – 876. Deops/SP, Daesp.

⁴⁹ *Jornegro*, n. 12, ano 4, 1981, p. 5. In Dossiês 20-C-44 – 17284. Deops/SP, Daesp.

⁵⁰ ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 16.

⁵¹ Relatório de avaliação de 20 set. 1981 do MNU de MG. In Sumário Semanal de Informações n. 15 da Codin/Conseg, do período entre 9 e 15 abr. 1982, de 16 abr. 1982, fl. 19. Dossiê 50-H-84 – 5498. Deops/SP, Daesp.

⁵² Mensagem sobre Sumário de Informações n. 035/4 sobre Ato Público do MNU, de 13 maio 1981. Dossiê 50-D-18 – 2850. Deops/SP, Daesp. Ou em Mensagem n. 2EM/PM – 445/1, Sumário de Informações n. 072/4, de 20 nov. 1980. Dossiê 20-D-18 – 2811. Deops/SP, Daesp. Ou no I Encontro em Defesa da Raça Negra na PUC-SP, em 23 maio 1981. Relatório da Divisão de Informações, de 24 maio 1981. Dossiê 21-Z-14 – 11364. Deops/SP, Daesp.

⁵³ Sumário Semanal de Informações n. 27, entre 18 e 24 set. 1981, de 25 set. 1981, fl. 8. Codin/Conseg da Coordenação de Informação da Secretaria de Estado da Segurança Pública de MG, fl. 7. Dossiê 50-H-84 – 4849. Deops/SP, Daesp.

- ⁵⁴ Sumário Semanal de Informações n. 30, entre 9 e 15 out. 1981, Codin/Conseg da Coordenação de Informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública de MG, 16 out. 1981, fl. 17. Dossiê 50-H-84 – 4958. Deops/SP, Daesp.
- ⁵⁵ Dossiê 50-H-84 – 5504. Deops/SP, Daesp.
- ⁵⁶ BERBEL, Márcia. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 2000, p. 12.
- ⁵⁷ BERBEL, *op. cit.*, p. 130.
- ⁵⁸ Dossiê 50-H-84 – 5505. Deops/SP, Daesp.
- ⁵⁹ *Ibidem*.
- ⁶⁰ “O negro e o PT”. Livreto da Comissão de Negros do PT, set. 1982, p. 5. Pasta Movimento Negro. Cedic/PUC-SP.
- ⁶¹ Panfleto Comissão de Negros do PT, 9 dez. 1981, p. 2. Dossiê 20-C-44 – 23972. Deops/SP, Daesp.
- ⁶² “O negro e o PT”. Livreto da Comissão de Negros do PT, set. 1982, p. 5. Pasta Movimento Negro. Cedic/PUC-SP.
- ⁶³ Dossiê 50-H-84 – 5505, *cit*.
- ⁶⁴ Dossiê 20-C-44 – 23972. Deops/SP, Daesp.
- ⁶⁵ Dossiê 50-H-84 – 5505, *cit*.
- ⁶⁶ Panfleto Comissão de Negros do PT, *op. cit*.
- ⁶⁷ *Ibidem*, p. 3.
- ⁶⁸ Dossiê 50-H-84 – 5505, *cit*.
- ⁶⁹ “O negro e o PT”, *op. cit*.
- ⁷⁰ *Ibidem*.
- ⁷¹ Panfleto Comissão de Negros do PT, 9 dez. 1981, p. 4. Dossiê 20-C-44 – 23972, *cit*.
- ⁷² Esse documento foi citado na observação de agente infiltrado no III Congresso do MNU. Informe confidencial n. 89 da Conseg/MG, de 19 abr. 1982, fl.9. OS 1157 p. 218 C. Deops/SP, Daesp.
- ⁷³ Dossiê 50-H-84 – 5504, *cit*.
- ⁷⁴ *Ibidem*.
- ⁷⁵ Informe confidencial n. 89 da Conseg/MG, de 19 abr. 1982, fl. 8 e 9. OS 1157 p. 218 C. Deops/SP. Daesp.
- ⁷⁶ *Ibidem*, fl. 3.
- ⁷⁷ *Ibidem*, fl. 11.
- ⁷⁸ Relatório confidencial sobre a Frenapo, 18 jul. 1980. Dossiê 50-Z-130 – 3803. Deops/SP, Daesp.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ Relatório de investigações n. 501. OS 1157 p. 218 C. Deops/SP, Daesp.

⁸¹ Dossiê 50-H-84 – 5504, *cit*.

⁸² Boletim III do Grupo Negro da PUC-SP, p. 17. Pasta Movimento Negro. Cedic/PUC-SP.

⁸³ HASENBALG, Carlos. “O movimento negro”. In *Anais do Seminário O Retorno do Ator*. São Paulo: FE/USP, 1991, p. 130.

⁸⁴ Dossiê 20-C-44 – 23974. Deops/SP, Daesp.

⁸⁵ Panfleto “Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo” do Grupo Negro da PUC-SP, MNU e Comissão de Negros do PT. OP 0989. Deops/SP, Daesp.

⁸⁶ Sumário Semanal de Informações n. 37, entre 27 nov. e 3 dez. 1981, de 4 dez. 1981, fl. 48, do Codin/Conseg da Coordenação de Informações da Secretaria do Estado de Segurança Pública de MG. Dossiê 50-H-84 – 5068. Deops/SP, Daesp.

⁸⁷ Carta convocatória para o ato público contra o racismo, 29 jun. 1978. Dossiê 50-Z-0 – 14620, *cit*.

⁸⁸ CARDOSO, Hamilton Bernardes. “E agora?”. *Versus*. São Paulo, n. 23, jul.-ago. 1978, p. 33. Dossiê 50-K-6 – 280. Deops/SP, Daesp.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. “Depois da festa: movimentos negros e ‘políticas de identidade’ no Brasil”. In ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, *op. cit.*, p. 336.

⁹¹ FÉLIX, João Batista. *Chic Show e Zimbabwe e a construção da identidade nos bailes black paulistanos*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 2000, p. 40.

⁹² SOUZA, *op. cit.*, p. 80.

⁹³ Carta do MNUCDR, p. 3. *Apud* SOUZA, *op. cit.*, p. 202.

⁹⁴ SANTOS, Gevanilda. “A luta contra o racismo na esquerda brasileira”. In IANNI, Octavio *et alii*. *O negro e o socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 34-35.

⁹⁵ Sumário Semanal de Informações n. 37, entre 27 nov. e 3 dez. 1981, de 4 dez. 1981, fl. 48, do Codin/Conseg da Coordenação de Informações da Secretaria do Estado de Segurança Pública de MG. Dossiê 50-H-84 – 5068, *cit*.

⁹⁶ Sumário Semanal de Informações n. 37, entre 27 nov. e 3 dez. 1981, de 4 dez. 1981, fl. 47, do Codin/Conseg da Coordenação de Informações da Secretaria do Estado de Segurança Pública de MG. Dossiê 50-H-84- 5069. Deops/SP, Daesp.

⁹⁷ SOUZA, *op. cit.*, p. 64. Grifos do original.

⁹⁸ Boletim III do Grupo Negro da PUC-SP, p. 16. Pasta Movimento Negro. Cedic/PUC-SP.

⁹⁹ Reginaldo Bispo Pereira era 1º secretário da Associação de Servidores da Unicamp,

membro da Comissão Executiva do MNU. *Revista do MNU*. São Paulo, n. 4, jul.-ago. 1981, fl. 18. In Sumário Semanal n. 27, entre 18 e 24 set. 1981, de 25 set. 1981, do Codin/Conseg da Coordenação de Informação da Secretaria de Estado da Segurança Pública de MG, fl. 27. Dossiê 50-H-84-4848, *cit*.

¹⁰⁰ Sumário Semanal de Informações n. 27, entre 18 e 24 set. 1981, de 25 set. 1981, fl. 8. Codin/Conseg da Coordenação de Informação da Secretaria de Estado da Segurança Pública de MG, fl. 7. Dossiê 50-H-84-4849, *cit*.

¹⁰¹ Dossiê 50-Z-32 – 4601, *cit*.

¹⁰² Relatório de avaliação de 20 set. 1981 do MNU de MG. In Sumário Semanal de Informações n. 15 da Codin/Conseg, entre 9 e 15 abr. 1982, de 16 abr. 1982, fl. 43. Dossiê 50-H-84-5497. Deops/SP, Daesp.

¹⁰³ FÉLIX, *op. cit*, p. 15.

¹⁰⁴ Boletim III do Grupo Negro da PUC-SP, p. 17. Pasta Movimento Negro. Cedic/PUC-SP.

¹⁰⁵ FÉLIX, *op. cit.*, p. 15.

¹⁰⁶ Relatório de observação do 3º Congresso de Cultura Negra das Américas, 24/08/1982. OP 0989, *Movimento Negro*, vol. 2, Deops/SP, Daesp.

¹⁰⁷ Carta Convocatória do II Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra. OS 1157 p. 218C. Deops/SP, Daesp.

¹⁰⁸ Boletim III do Grupo Negro da PUC-SP, p. 22. Pasta Movimento Negro. Cedic/PUC-SP.

¹⁰⁹ Sumário Semanal de Informações do Codin/Conseg, n. 16, entre 3 e 9 jul. 1981, de 10 jul. 1981, fl. 12. Dossiê 50-H-84-4421. Deops/SP, Daesp.

¹¹⁰ Sumário Semanal de Informações n. 35 do Codin/Conseg, entre 27 ago. e 2 set. 1982, de 3 set. 1982, fl. 25. Dossiê 50-H-84- s/n. Deops/SP, Daesp.

¹¹¹ Em MG, o investigador apresentava duas correntes políticas de dissenso: PT e PMDB. Sumário Semanal de Informações n. 35 do Codin/Conseg, entre 27 ago. e 2 set. 1982, de 3 set. 1982, fl. 23. Dossiê 50-H-84 – 5913. Deops/SP, Daesp.

¹¹² Em relatório de avaliação de 20 set. 1981 do MNU de MG, pode-se observar a troca de informação entre os estados, principalmente MG, SP, RJ e BA. In Sumário Semanal de Informações n. 15 da Codin/Conseg, do período entre 9 e 15 abr. 1982, de 16 abr. 1982. Dossiê 50-H-84 – 5498, *cit*.

¹¹³ “Dia Nacional da Consciência Negra – Movimento Negro Unificado (MNU)”. In Sumário Semanal de Informações n. 36, entre 20 nov. e 26 nov. 1981, de 27 nov. 1981, Codin/Conseg da Coordenação de Informações da Secretaria de Estado de Segurança Pública de MG, fl. 37. Dossiê 50-H-84 – 5047. Deops/SP, Daesp.

¹¹⁴ SANTOS, Aparecido Tadeu dos. *Como se fosse pecado*. São Paulo: Edição do Autor, 1980, p. 17. Dossiê 20-C-44 – 17290. Deops/SP, Daesp. Coletado por ocasião do I

Encontro em Defesa da Raça Negra, realizado em 23 maio 1981, na PUC-SP. Relatório diário n. 1505, entre 25 e 26 maio 1981, da Divisão de Informações do Deops, fl. 2. Dossiê 21-Z-14 – 11366. Deops/SP, Daesp.

¹¹⁵ Panfleto I Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra, p. 1. Dossiê 20-C-44 – 17287, *cit.*

¹¹⁶ Panfleto I Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra. Dossiê 20-C-44 – 17287, *cit.*

¹¹⁷ *Sinba*. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, jul. 1977, p. 5. Dossiê 50-Z-130 – 5588, *cit.*

¹¹⁸ Informação n. 350 confidencial, da 2ª Seção da Aeronáutica, de 15 dez. 1978, fl. 2. Dossiê 50-D-26 – 5922. Deops/SP, Daesp.

¹¹⁹ Relatório da Divisão de Informações do Deops. Dossiê 21-Z-14 – 15182, *cit.*